

# Sofrimento social

## Social suffering



Rosangela Werlang\*

Jussara Maria Rosa Mendes\*\*

**Resumo:** Este estudo trata do sofrimento social em perspectiva contemporânea. O sofrimento não é temática nova, todavia, as transformações socioeconômicas hodiernas fazem surgir novas formas de vida e trabalho que têm remetido à precariedade. O sofrimento social é um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite o viver.

*Palavras-chave:* Sofrimento. Sofrimento Social. Autoexclusão.

**Abstract:** This study deals with social suffering in a contemporary perspective. Suffering is not a new theme, however, contemporary socio-economic transformations arise new forms of life and work that could be causing strong situations of precariousness. Social suffering is a suffering that installs/hides in areas of insecurity, social areas of fragility, and its action implies loss or possibility of loss of social objects like health, work, desires, dreams, social bonds, that is, the whole of life composed of the concrete and the subjective that allows living

*Keywords:* Suffering. Social suffering. Self-exclusion.

---

\* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Diretora acadêmica e professora da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul, Garibaldi, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora convidada do curso de Especialização e Ética e Direitos Humanos da UFRGS. *E-mail:* rosangela@fisul.edu.br.

\*\* Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutoranda em Serviço Social pela Universität Kassel, República Federal da Alemanha. Consultora da Coordenação da Área Técnica de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. Consultora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *E-mail:* jussara.mendes@ufrgs.br.

## 1. Introdução

Não é nova a discussão acerca do sofrimento, todavia, ganha contornos diversos conforme avança o tempo. A dificuldade maior consiste na sua definição, uma vez que o sofrimento aparece de distintas formas. Embora a questão do sofrimento, não raras vezes, apareça envolvendo elementos de dor física, a maioria dos autores que trata dessa temática enfatiza que seria muito mais do que isso.<sup>1</sup> O sofrimento estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse. As pessoas sofrem quando há estados de privação material, com a perpetuação da injustiça social e com a perda da liberdade em todas as suas formas e expressões.<sup>2</sup> Conquanto o sofrimento tenha sido estabelecido em contradição à dor, esta seria uma sensação fisiológica e o sofrimento, por sua vez, seria espécie de resposta psicológica, subjetiva à dor.<sup>3</sup> A questão do sofrimento encontra-se presente em vários autores da sociologia clássica, como Durkheim, Marx e Engels e Weber, no entanto, sempre tratado como inspiração, como influência em seus estudos e não como o fundamento *per se*. Assim, este estudo trata do sofrimento social na perspectiva de autores contemporâneos, buscando ampliar esta concepção, tratando-a enquanto patologia das sociedades contemporâneas.

## 2. O sofrimento de origem social

O sofrimento tem se manifestado ao longo dos tempos e em diferentes formações sociais, todavia, contemporaneamente, ganha força quando iniciam os escritos que denunciam a situação dos trabalhadores nos locais de trabalho. No entanto, o uso deste conceito ainda é recente, especialmente no que se refere às Ciências Sociais de maneira geral. Dejours procurou examinar a questão envolvendo a saúde dos trabalhadores e o sofrimento a que estes se encontram expostos. Trata-se do sofrimento daqueles que perderam o emprego ou não conseguiriam empregar-se novamente, e recolocarem-se no mercado de trabalho. Esse fato, de acordo com o

---

1. Wilkinson, Ian. *Suffering: a sociological introduction*. Cambridge, UK: Polity Press, 2005. p. 16.

2. Idem, *ibidem*, p. 17.

3. *Ibidem*, p. 21.

autor, tem levado à doença mental ou física. Há, em contraponto, o sofrimento daqueles que trabalham e que se encontram submetidos a riscos de toda ordem.<sup>4</sup> São riscos concretos, articulados à radiação, vírus, fungos, amianto, inclusive aqueles ligados aos horários de trabalho e aqueles que, por sua vez, atingem o trabalhador na sua relação com o grupo, com o coletivo de trabalho. Os trabalhadores tenderiam, em escala crescente, a se tornarem competitivos, desafiando os colegas de trabalho e o grupo, que, aos poucos, vai tendendo à dissolução, ao arrefecimento. Destarte, traz o autor a ideia de que os trabalhadores que estão efetivamente trabalhando não se encontram necessariamente felizes, plenamente realizados. Emerge, desta forma, a questão do sofrimento no trabalho. Tal ideia ganha sustentação através de densa descrição do autor, na qual a questão de sentir-se culpado pelo próprio sofrimento, a maneira como os trabalhadores suportam o fato de se sentirem culpados por expressar e sentir o próprio sofrimento no trabalho, e, também, mobilizar as defesas que podem conduzir ao processo de identificação do sofrimento, além das formas de sofrimento, ganham corpo e são fortemente discutidas.<sup>5</sup> O sofrimento aparecerá, assim, como produzido dentro de um contexto determinado, constituído por novas relações estabelecidas no espaço específico do trabalho e, ademais, por novos dispositivos ideológicos que fazem interiorizar o processo de dominação tanto daqueles que estão fora do ambiente de trabalho quanto daqueles que estão em seu centro.<sup>6</sup>

Nos espaços de trabalho, as condutas adotadas, de cariz individualista, têm levado a dificuldades no que se refere ao sofrimento ordinário dos trabalhadores, fazendo-os, com o passar do tempo, perder a esperança e estagnar algumas possibilidades de ação. Neste sentido, o sofrimento gerado pelo trabalho repercute de maneira direta na saúde física e psíquica do trabalhador. É neste encadeamento que podem emergir estratégias para que o sofrimento seja amainado. Tais estratégias podem se dar no plano individual, mas, também, no plano coletivo. “A participação nestas estratégias defensivas torna-se necessária para evitar o risco de que o sofrimento leve o sujeito à crise psíquica e à doença mental”.<sup>7</sup> A cautela está no proces-

---

4. Dejours, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 27-28.

5. Dejours, 2006, op. cit., p. 50 et seq.

6. Renault, Emmanuel. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008, p. 154.

7. Dejours, 2006, op. cit., p. 141.

so de “cristalização” que pode tornar o trabalhador insensível àquilo que justamente traz o sofrimento. Desta forma, pode-se negar o sofrimento do outro e, ao mesmo tempo, negar o sofrimento próprio, calando-se. O trabalho como gerador de sofrimento (e ao mesmo tempo de prazer) é analisado por Dejours, na relação com a saúde, como já apontado, uma vez que na execução das tarefas relativas à profissão e nas vivências subjetivas do trabalho há uma luta constante pelas melhorias das condições de trabalho e de saúde. Assim, o objeto de estudo analisado é o sofrimento em uma dimensão específica: o sofrimento no trabalho.<sup>8</sup>

Os trabalhadores estariam expostos a toda uma série de atividades inúteis, desinteressantes e sem conteúdo. Por isso, os sentimentos vividos são de cansaço, que advém tanto do esforço físico quanto da ausência de conteúdo presente no próprio trabalho. Enfim, para Dejours, o trabalho exerce um impacto sobre o aparelho psíquico humano gerando sofrimento, eis que não é possível, na maioria das vezes, exercer modificações nas tarefas que se executa, dotando-a de conteúdo e de sentido, de acordo com os desejos e necessidades daquele que o realiza. Ou seja, isto se daria quando a interação efetiva entre o homem e o trabalho é dificultada. Há, neste sentido, insatisfação e, também, medo quando a tarefa realizada encontra-se cercada de riscos. Contra a angústia ou a insatisfação são criadas estratégias defensivas. Tais estratégias não são identificadas de imediato, todavia, ficam invisibilizadas ou revestidas na forma de ideologia defensiva. Assim, para que a relação de trabalho seja favorável ao trabalhador, faz-se necessário, entre outros elementos, que as exigências da tarefa a ser realizada, tanto aquelas intelectuais, motoras ou psicossensoriais, estejam de acordo com as necessidades do trabalhador, gerando prazer ao invés de desprazer.<sup>9</sup> Ademais, faz-se necessário que o conteúdo do trabalho seja fonte de satisfação e que a “desalienação” seja elemento de transformação social.

Bourdieu também trará contribuições importantes ao estudo da questão envolvendo o sofrimento, notadamente através de estudo em que trata da reestruturação produtiva ou industrial e da “nova pobreza” que surge ancorada neste processo.<sup>10</sup> Destaca, outrossim, um sistema social que tem feito recuar o que o autor chama de “a grande miséria”, mas que, ao mesmo tempo e diferenciando-se, tem multiplica-

---

8. Cf. Dejours, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1992.

9. Dejours, 1992, op. cit., p. 62.

10. Cf. Bourdieu, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

do espaços sociais que têm oferecido as condições favoráveis para o desenvolvimento, sem precedentes, de todas as formas de “pequenas misérias”. No campo das Ciências Sociais, seria difícil, segundo o autor, reconhecer os sinais sociais do mal-estar que se vive no mundo contemporâneo, visto que, assim como as doenças, o mal-estar não está necessariamente evidente. Bourdieu refere-se às violências nas mais diferentes expressões, notadamente à violência inerte das estruturas econômicas e sociais protagonistas de muitas “pequenas misérias” e às violências da vida cotidiana. Assim, os inúmeros sofrimentos a que se está exposto na contemporaneidade seriam oriundos do choque de interesses, de disposições, de estilos de vida diferentes que a coabitação apresenta, destacando-se, neste contexto, os locais de moradia e trabalho. Para Bourdieu, é no interior dos grupos sociais que as experiências são vividas e percebidas. É dentro dos grupos que podem ser percebidas as distinções em termos de estilos de vida que apartariam classes sociais, gerações ou etnias. Basal, nesta análise, é o vínculo estabelecido entre o social e as questões individuais. Ademais, insta adjazer que aquilo que é armado socialmente pode também ser desfeito, desarmado, a exemplo do que Marx já afirmara previamente em suas obras. Para Bourdieu, a maioria dos mecanismos econômicos e sociais que está na origem dos sofrimentos mais cruéis não é fácil de ser descontinuada ou transformada. A realidade social é tensa e densa, complexa e geradora de situações de pobreza, miséria, frustração. A realidade social seria, assim, vista como atroz com todos aqueles que desconhecem suas regras de funcionamento. Seria perversa com todos aqueles que chegaram tarde, que não se empenharam, uma vez que o espaço dos vitoriosos é estreito, fechado, estando sob vigilância e exigindo sacrifícios daqueles que ali desejam estar. Entre este sacrifício encontrar-se-ia, inclusive, a possibilidade da autodestruição.<sup>11</sup>

A realidade social muda e, com esta, as expressões das desigualdades e contradições que ganham contornos difíceis de serem delineados, conformando espaços de exclusão e afetando a vida das pessoas em todas as suas faces. O sofrimento vai ganhando forma: a forma das estruturas sociais violentas, geradoras da precariedade em todas as suas dimensões.<sup>12</sup> Aos efeitos da precariedade sobre aqueles por ela afetados acrescentam-se os efeitos sobre todos que parecem ser poupados. “Ela nunca se deixa esquecer; está presente em todos os momentos, em todos os cérebros.

---

11. Bourdieu, 1997, loc. cit.

12. Bourdieu, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 120.

Ela atormenta as consciências e os inconscientes”.<sup>13</sup> O autor faz também alusão à lei da conservação da violência, afirmando que toda violência se paga: a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob a forma de desemprego, de precarização, tem sua contrapartida, em maior ou menor prazo, sob a forma de suicídios, delinquência, crimes, drogas, de pequenas ou grandes violências cotidianas.<sup>14</sup> Neste sentido, reforça o vínculo das estruturas econômicas e sociais com os comportamentos individuais, comportamentos cada vez mais carregados de desesperança e sofrimento. Esta correspondência entre o indivíduo e o social é a unidade de análise de Bourdieu: as relações sociais se articulam em uma totalidade, deixando sem sentido os fenômenos parcelados, isolados em fronteiras incomunicáveis. Daí que o sofrimento também aparecerá incrustado nas estruturas sociais, gerando angústia, padecimento, consternação.

A intersecção entre indivíduo e sociedade, assim como a articulação entre o social e o psíquico são elementos que não são apreendidos de imediato, todavia, não apenas a literatura trouxe e tem trazido elementos para análise, mas outras áreas correlatas. Tal é, por exemplo, a análise do sofrimento social amplamente retratado através da representação da realidade cotidiana em gravuras francesas do século XVII: os corpos dos trabalhadores e o sofrimento a que estão expostos são representados através da arte muito mais do que se pode imaginar.<sup>15</sup> São camponeses, pobres, vagabundos, vítimas da pobreza de maneira geral. Como bem afirma Chauvaud, a história do sofrimento social concerne a indivíduos e a grupos, revelando uma experiência dolorosa de homens e mulheres inseridos no mundo social.<sup>16</sup> Seria também uma experiência limitadora da condição humana e, como experiência social, poderia ser vista em pelo menos dois modos: como experiências coletivas apropriadas individualmente através de percepções e expressões e, também, como interações sociais trazidas através de experiências vinculadas a doenças que sugeririam relações e interações, ocupando, não raras vezes, lugar central na experiência do sofrimento.<sup>17</sup>

---

13. *Ibidem*.

14. *Ibidem*, p. 56.

15. MEYER, Véronique. La représentation de la souffrance social dans la gravure parisienne (1635-1660). In: CHAUVAUD, Frédéric. *Histoires de la souffrance sociale*. Introduction. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007. p. 19.

16. *Ibidem*, p. 10.

17. Kleinman, Arthur; Kleinman, Joan. The appeal of experience: the dismay of images: cultural appropriations of suffering in our times. In: Kleinman, Arthur; Das, Veena; Lock, Margareth. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 2006. p. 2-3.

Por sua vez, Castel buscará compreender a questão do sofrimento na estreita relação com os vínculos sociais, a integração social ou, ainda, a partir dos processos de dissociação, de desfiliação, da “anomia” dos grupos sociais.<sup>18</sup> Nesta discussão encontra-se presente a questão envolvendo indivíduos que “flutuariam” na estrutura social sem encontrar local de aconchego. Apresenta o autor a relação próxima entre a ausência da atividade produtiva e a coesão social. A falta do trabalho gera isolamento e esse fato, por sua vez, poderia produzir processos de exclusão, de desfiliação. Para Castel, a vulnerabilidade social traria em seu bojo a precariedade do trabalho e, ao mesmo tempo, a ausência dos suportes de proximidade, dos suportes sociais geradores de confiança. Desta forma, a questão social seria caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manutenção da coesão social. A ameaça da ruptura seria apresentada por grupos cuja existência poderia abalar a coesão do conjunto da sociedade.<sup>19</sup> Observa o autor, neste sentido, alguns perfis que comporiam tais grupos acima referenciados. Entre estes estariam os indigentes, as crianças sem pais, os cegos, os paralíticos e os estropiados de toda ordem. Em comum, apresentam a questão de não conseguirem, por si mesmos, suprir as suas necessidades básicas, uma vez que não podem trabalhar. Outro grupo, segundo Castel, encontrar-se-ia composto por aqueles que seriam capazes de trabalhar, entretanto, não o fazem. Entra nesta descrição a figura do indigente válido.<sup>20</sup> Tais grupos estariam à mercê do que o autor chamará de advento do livre acesso ao trabalho, do advento dos contratos e da liberdade para empreender. Tais dispositivos remeteriam, por seu turno, a um “lado obscuro” que seria a “individualidade negativa”, relativa a todos aqueles que se encontram sem suporte, sem vínculos, sem qualquer reconhecimento e, ademais, privados de proteção social. As vulnerabilidades sociais que nasciam do excesso de coerções nas sociedades pré-industriais passam agora a dar-se a partir do enfraquecimento das proteções. Com as novas exigências do trabalho tem-se a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação da precariedade do trabalho, o desemprego, o emprego precário. Ademais, o *no man’s land* social, os “supranumerários” que não estão integrados nem são integráveis ao sistema.<sup>21</sup> Não há mais pertencimento e, paralelamente, surge a questão da inutilidade social de boa parte da população. Esse fator afeta a identi-

---

18. Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

19. *Ibidem*, p. 41.

20. Castel, 1998, loc. cit.

21. *Ibidem*, p. 530.

dade de todos aqueles que a tiveram forjada sobre a questão do trabalho, gerando sofrimento e, ainda, a possibilidade de autodestruição. Enfim, para o autor, haveria produção de vulnerabilidades sociais cuja gênese dar-se-ia a partir da perda do lugar de trabalhador de alguns grupos sociais. O trabalho assalariado gera vínculos sociais, todavia, a falta de espaço na organização da divisão do trabalho gera, por sua vez, indivíduos despregados da tessitura social, que não conseguem acessar lugares estáveis. Tal seria a “nova questão social”, ou seja, a crise do caráter integrador que o trabalho pode proporcionar, ocasionando a perda da coesão social e sofrimento dos indivíduos que não acessam mais um lugar na organização social através do trabalho. Desta forma, desemprego e precarização seriam as marcas da nova questão social. Como já mencionado, três processos marcariam o quadro no qual essa nova questão social se desenvolve: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e o déficit de lugares. Os atingidos por esses elementos ficam alheios ao que o autor chama de “circuito das trocas produtivas”, tornando-se inúteis e é aí que se instalaria uma crise de identidade pelo trabalho. É aí também que se instalaria o processo de desfiliação,<sup>22</sup> ou seja, a ausência de “inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido”.<sup>23</sup> O desfiliado não está completamente sem vínculos, não é um excluído, mas está distante do centro de coesão social. Por fim, resta versar que para Castel haveria duas dimensões de acoplamento dos indivíduos no social: uma econômica e uma social. Na econômica estaria o emprego em suas diferentes formas, até se chegar à situação de desemprego. Na dimensão social estariam outras formas de inserção do indivíduo, como a família, a vizinhança e a comunidade, que podem se tornar retraídas. Nas dimensões de acoplamento ou inserção, os indivíduos poderiam situar-se em quatro tipos de zonas: zonas de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação. Na primeira zona, de integração, os indivíduos estariam de posse de um emprego estável, possuindo relações sociais também sólidas. Estão, como o próprio nome já diz, integrados. Já na zona de vulnerabilidade, o indivíduo sente-se ameaçado pela precariedade do trabalho e dos laços sociais que vão aos poucos sendo enfraquecidos. Na terceira zona, de assistência, encontra-se o público que garantirá (ou deveria garantir) o não desligamento do indivíduo do social, vez que este se encontra enfraquecido pela ação da precarização e também pelos laços familiares que tendem à decomposição. Por fim, a zona de desfiliação, na qual os indivíduos não apenas são atingidos pelo

---

22. *Ibidem*, p. 536.

23. *Ibidem*.

desemprego, mas também perdem relações anteriormente estabelecidas, que dizem respeito ao bairro, à vizinhança, à família. São relações que vão se deteriorando com o tempo, produzindo insegurança e sofrimento.<sup>24</sup> Ainda no processo de desfiliação pode haver zonas de cristalização, espaços específicos em que se cristalizam vários problemas cuja origem encontra-se vinculada ao funcionamento da sociedade salarial. Nesses espaços podem ser encontradas “taxas elevadas de desemprego, instalação da precariedade, ruptura da solidariedade de classes e falência dos modos de transmissão familiar, escolar e cultural e ausência de perspectivas de projeto para controlar o futuro etc.”<sup>25</sup>

Castel afirma que o indivíduo hoje é vulnerável, uma vulnerabilidade gerada pelo afrouxamento dos mecanismos de proteção social. Tal afrouxamento articula-se, por sua vez, a toda uma ideia subjacente de se chegar a uma situação de autonomia: a promessa de autonomia do indivíduo não se cumpre, em verdade.<sup>26</sup> Para o autor, a questão envolvendo a vulnerabilidade é central na análise das transformações sociais em curso e que remetem a uma emergência de uma vulnerabilidade acentuada. Estaria em curso uma incerteza com relação ao desejo de viver “o fardo de cada dia”. A construção ou a emergência do indivíduo, de acordo com o autor, começa a se delinear nos séculos XVII e XVIII, notadamente na Europa ocidental, seguindo até as configurações atuais. Assim, a propriedade privada delineou o acesso à propriedade social, o acesso aos direitos e ao status de cidadão. Este teria sido o primeiro suporte que poderia afirmar um mínimo de independência e autonomia ao indivíduo quando de sua constituição na moldura da modernidade. É o “individualismo possessivo” tão bem desenhado por John Locke.<sup>27</sup> O homem seria o proprietário de si, de seu corpo e das ações e do trabalho que ele mesmo realiza. Através do trabalho poderia aceder à independência material e social. É a propriedade de si matizada pela propriedade privada.<sup>28</sup> A propriedade de si seria o mote da existência, da autonomia, da independência. E aqueles indivíduos não proprietários? Estes não se apropriariam por si mesmos de algumas coisas, como o trabalho, mas sua apropriação dar-se-ia através do outro, daquele que lhe proporciona o trabalho.

---

24. Castel, 1998, op. cit., p. 549.

25. Ibidem, p. 550.

26. Cf. Castel, Robert. Des individus sans supports. In: Châtel, Vivianne; Soulet, Marc-Henry. *Agir en situation de vulnérabilité*. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2003. p. 51-62.

27. Cf. Locke, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

28. Locke, op. cit., p. 55.

Ou seja, o caminho não se daria de maneira direta. A autonomia, a independência seria permeada pela presença do outro, percurso necessário à sua própria constituição. Neste sentido, seria o não proprietário um indivíduo, uma vez que o status de indivíduo funda-se na questão relativa à propriedade privada?<sup>29</sup> A divisão, a separação entre propriedade e trabalho encerraria uma clivagem: haveria duas maneiras, duas formas de ser de um indivíduo. Os dotados de capacidade para serem independentes, autônomos, e os subordinados que se encontrariam em condições indignas de vida. Tal indignidade seria própria de uma classe considerada perigosa, bárbara, imoral que, paradoxalmente, através do trabalho teria algumas garantias através do direito ao trabalho. Assim, o trabalhador construirá sua própria segurança a partir do trabalho, um equivalente à propriedade privada. Um direito à segurança inscrita na lei e garantida pelo Estado. É o que Castel chamará de “homólogo da propriedade privada” para os indivíduos não proprietários, dando suporte à sua independência.<sup>30</sup>

Tal equivalente seria um novo tipo de recurso ou garantia do Estado, que Castel chama de propriedade social, diferente da propriedade privada, mas que asseguraria uma propriedade através da segurança, assegurando uma “reabilitação social dos não proprietários”<sup>31</sup>. Neste sentido, haveria um indivíduo que se constituiria a partir de uma ausência: um modelo de indivíduo positivo construído a partir da proteção salarial, da proteção do trabalhador na sociedade assalariada que nasce com a modernidade. Todavia, a liberdade, a segurança, a autonomia do indivíduo constituída a partir das proteções sociais, encontra-se em colapso. A pretensa “invulnerabilidade” construída encontra-se ameaçada: não há mais estabilidade, reduzem-se os direitos e as proteções derivadas da propriedade social. Assim, a “grande transformação” remonta à vulnerabilidade, à incerteza, à instabilidade das posições profissionais.<sup>32</sup> É este indivíduo que entra em sofrimento devido à sua fragilidade, uma vez que paralelamente à perda ou enfraquecimento das proteções que dão o direito à existência, tem-se um processo de descoletivização ou o que Castel chamará de reindividualização das relações de trabalho. Neste processo, em que os indivíduos são interpelados, não haveria os recursos necessários para se entrar no jogo. Alguns, com mais recursos, aderem ao discurso neoliberal

---

29. Castel, 2003, op. cit., p. 55.

30. *Ibidem*, p. 57.

31. *Ibidem*.

32. Castel, 2003, loc. cit.

empreendendo, colaborando. Os demais, que não atendem ao discurso do novo processo de individualização, perdem: perdem status, retornam à situação de vulnerabilidade inicial, entrando em processo de desfiliação, uma vez que há, paralelamente, um processo de descoletivização dos coletivos de trabalho.<sup>33</sup> Enfim, para Castel é preciso refiliar os indivíduos vulneráveis, seja através dos suportes clássicos da propriedade social, seja através da criação de novos suportes sociais. Todavia, esta posição é ainda abstrata e geral e sobre a qual se faz necessário debruçar a fim de torná-la mais precisa. A nova conjuntura apresentaria situações novas, inéditas que seria preciso enfrentar.<sup>34</sup> Tais transformações não raras vezes fazem com que o indivíduo seja responsabilizado pelo seu destino, por sua própria sobrevivência. Pode-se dizer que se encontra em curso um movimento de descoletivização das proteções e das perspectivas e, paralelamente, de responsabilização do indivíduo no que concerne, especificamente, ao trabalho.<sup>35</sup>

Desta maneira, o sofrimento social deve ser pensado na sua estreita relação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade de propriedade de si, ou seja, relaciona-se à autonomização da existência enquanto norma social de uma sociedade que não oferece as garantias para que esta mesma autonomização se dê. Não há mais suportes institucionais, não há proteções formais. Assim, as fragilidades individuais, nascidas das exigências sociais de autonomia e de realização, se dariam em uma configuração social que, paradoxalmente, desinstitucionaliza e privatiza a atividade social de maneira geral. É neste contexto que o indivíduo deve permear, se localizar, viver e sobreviver. Contudo, este contexto traz implicações, uma vez que a modernidade trouxe ao centro o indivíduo e lhe diz: és livre, és autônomo, és responsável,<sup>36</sup> mas, ao mesmo tempo, retira as sustentações sociais e os dispositivos de formação desse mesmo indivíduo. Configura-se, assim, um contexto de vulnerabilidade, uma vulnerabilidade endógena, inerente à própria configuração social. É aí que o sofrimento social brota, dessa situação paradoxal, resultante de uma autonomia obrigada ao indivíduo, sem suportes socialmente disponíveis. Como bem afirma Soulet, ao referir-se às expressões de sofrimento social, não importa se as formas extremas de sofrimento social, como o suicídio, se manifes-

---

33. *Ibidem*, p. 60.

34. *Ibidem*, p. 61.

35. Soulet, Marc-Henry. *La souffrance sociale, pathologie des sociétés contemporaines. Étique Publique*, v. 11, n. 2, p. 72, 2009.

36. Soulet, *op. cit.*, p 76.

tam dentro dos teatros ou se exacerbam em um agir sobre o mundo, dentro da família ou no espaço do trabalho: ele se constitui em um efeito de nossa configuração social.<sup>37</sup> Então, a origem do sofrimento social estaria articulada a uma configuração social determinada. Tal configuração, por sua vez, geraria patologias sociais determinadas, medradas nos indivíduos. Ainda que em posição distinta, Soulet acompanhará outros autores já tratados nesta seção no que condiz ao processo de dessocialização que se encontra em curso e que se caracteriza pela centralidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, na invalidação dos dispositivos de formação e sustentação destes indivíduos no contexto social. Destarte, o sofrimento social teria sua gênese ou, ainda, seria resultante de uma situação produzida pela injunção paradoxal de uma autonomia obrigada sem os suportes socialmente disponíveis, sem os “amortecedores sociais” (coletivos de trabalho, proteções sociais, instituições reguladoras) que possibilitariam reduzir os efeitos negativos desta “autonomia-responsável”<sup>38</sup>. Em que pese as diferentes abordagens acerca do sofrimento social, o centro da discussão concentra-se na perspectiva de que está em curso uma deterioração das relações sociais, um processo de precarização das relações sociais da qual o sofrimento decorre. A precarização se dá de diferentes formas. Para Stéphane, em análise acerca da precarização do trabalho e do sofrimento entre operários, haveria a hipótese de que o sofrimento social acompanha o processo de precarização salarial.<sup>39</sup> Observou, durante seus estudos, a existência de um sofrimento importante entre os membros das classes trabalhadoras e, como já referido, tal sofrimento acompanharia o processo de precarização salarial de duas maneiras distintas. De um lado, o sofrimento decorreria diretamente do processo de precarização, especialmente no que condiz à questão do emprego. A ausência deste geraria negação, dor, ausência de reconhecimento, sentimento de rejeição e de inutilidade e, ainda, um sentimento de rebaixamento, uma vez que o sofrimento introduziria um hiato importante entre a percepção de si e as normas sociais que o suportam. Para aqueles que trabalham, por sua vez, o estudo aponta a pressão extrema a que estão submetidos os trabalhadores, notadamente uma pressão produtiva que apela à produção, ao mesmo tempo em que a

---

37. Ibidem.

38. Ibidem, p. 72.

39. Stéphane, Le Lay. Précarisation salariale et souffrance sociale: une transformation de la gouvernamentalité des classes populaires. *Interrogations? Revue pluridisciplinaire de l’homme et de la société. Formes et figures de la precarité*, n. 4, p. 80, 2007.

situação de degradação das condições de trabalho avança. Neste contexto, haveria um aumento das doenças profissionais que se tornam uma tendência inquietante entre os trabalhadores, sendo geradora de sofrimento.

### 3. A perda dos objetos sociais

Buscando ampliar o esquema de Castel exposto anteriormente e que remete aos processos de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação, Prévost, a partir de estudo de Furtos, inclui nesta configuração teórica a questão relativa à desilusão e à dor, incluindo em tais dimensões a perda do objeto social.<sup>40</sup> Um objeto social seria uma forma de segurança, é um status e é também um vínculo social. Tais objetos permitem o relacionamento com os demais membros do grupo social, o reconhecimento da própria existência, e se poderia jogar com tais objetos durante a vida toda (a exemplo de uma partida de futebol, como alude comparativamente o autor).<sup>41</sup> Neste sentido, a perda dos objetos sociais pode significar a perda da capacidade de jogar, a capacidade de interação com outros sujeitos, entrando-se em processo de exclusão. Ainda, um objeto social seria qualquer coisa idealizada dentro de uma dada sociedade em resposta a um sistema de valores: permite determinado status social, reconhecimento da existência e autoriza relações. A questão é que a manutenção ou a perda de alguns objetos não dependem apenas da pessoa, de si mesmo, ainda mais dentro de uma sociedade “pós-salarial” em cujo seio a precarização é crescente.<sup>42</sup> O esquema de Castel é, então, revisitado através da experiência clínica de Furtos, aliando, aos processos delineados por Castel, a desilusão, o luto, as perdas. Assim, os processos psíquicos seriam dependentes do social, todavia, não seriam mecanicamente determinados. Neste sentido, as zonas descritas por Castel são, de certa forma, complementadas.

---

40. Cf. Prévost, Marianne. La souffrance psycho-sociale: regards de Jean Furtos. *Santé Conjuguée*, n. 48, 2009.

41. Furtos, Jean. Les effets cliniques de la souffrance psychique d’origine sociale. *Mentalités*, n. 11, p. 26, 2007.

42. Furtos, 2007, loc. cit.

**Quadro 1 — As quatro zonas de perda do objeto social**

<b>Integração pelo trabalho</b>	<b>+</b>	<b>—</b>
<b>+</b>	<p style="text-align: center;"><b>Integração</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Precariedade “normal”;</li> <li>• Desilusão e melancolia não catastrófica;</li> <li>• Antecipação da perda sem comprometer o futuro.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><i>Sofrimento que permite viver</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Assistência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Precariedade compensada por objetos sociais substitutivos;</li> <li>• Sintomas psíquicos reversíveis;</li> <li>• Antecipação aberta.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><i>Sofrimento que permite viver</i></p>
<b>—</b>	<p style="text-align: center;"><b>Vulnerabilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Precariedade exacerbada;</li> <li>• Desilusão e melancolia problemáticas;</li> <li>• Antecipação catastrófica da perda, desabamento;</li> <li>• Estresse, melancolia.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><i>Sofrimento que impede viver</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Desfiliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoexclusão de si mesmo;</li> <li>• Dessubjetivação;</li> <li>• Problemas de comportamento;</li> <li>• Reversibilidade problemática;</li> <li>• Narcisismo negativo.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><i>Sofrimento que impede sofrer</i></p>
		<b>Inserção social</b>

Fonte: Adaptação da autora a partir de Prévost, op. cit., p. 78.

No quadro anterior se pode observar a zona de integração, na qual a perda do objeto social está pensada dentro do escopo da “normalidade”, sendo ordinária dentro de uma sociedade salarial que se fragiliza e, também, onde o individualismo é acentuado. Há a consciência da precariedade, mas há a conservação do lugar social, dos vínculos sociais e, sobretudo, há a possibilidade de encontrar auxílio ou cuidado, quando da perda ou do sofrimento infligido. Há, ademais, a possibilidade de encontrar apoio social no caso da tristeza e da melancolia, de decepção, de desilusão e de novas ilusões criadoras também.<sup>43</sup> Neste sentido, a questão está em que os indivíduos localizados neste espaço ou zona de integração sofrem também, todavia, o sofrimento a que estão expostos lhes permite viver: as desilusões não são catastróficas, não há o sofrimento por antecipação da perda e o futuro não se encontra ainda comprometido: é possível viver. Por sua vez, a zona da vulnerabilidade apresentada por Castel é ultimada: tem-se neste espaço vulnerabilidades também

43. Prévost, op. cit., p. 78.

psíquicas.<sup>44</sup> As perdas no plano econômico, de posição social ou de classe geram sofrimento, desesperança e falta de confiança. O amanhã não mais aparecerá nesta zona de vulnerabilidade de maneira clara e definida. É a perda que Furtos chamará de perda da *antecipação do amanhã*, do futuro e, articuladamente, a perda da visão de um futuro vivido que passa a ser visto como desastroso. É uma zona de estresse, na qual a depressão tende a se instalar com descompensação somática e/ou psíquica.<sup>45</sup> O sofrimento, nesta zona de degradação e vulnerabilidade, começa a dar sinais de impedimento de viver, alterando a qualidade de vida e conformando um processo de melancolização com forte sentimento de culpabilização. Nas duas zonas acima descritas, de integração e vulnerabilidade, os objetos sociais ainda são conservados, todavia, não mais se encontram presentes nas duas zonas que serão descritas a seguir. Na zona de assistência, certos objetos sociais são perdidos, como o trabalho, o dinheiro, a posição social. Nesta zona podem ser encontrados alguns efeitos psíquicos, ainda reversíveis, todavia, constituem-se em processos gerados por uma vulnerabilidade bastante acentuada. A vergonha entra em cena encontrando-se fortemente presente e impedindo que muitas das ações individuais na direção da busca de alternativas a esta situação sejam realizadas. Essa situação inibe a ação podendo conduzir, inclusive, ao suicídio.<sup>46</sup> Na quarta zona, tudo ou quase tudo é perdido, é a precariedade absoluta, a exclusão. Há sentimentos que exacerbam como o terror, o desespero, a agonia psíquica.<sup>47</sup> Não há mais autoestima, a estima de si. Nesta zona, o estado de exclusão social se duplica para um estado de autoexclusão psíquica, de uma alienação, de uma anestesia do corpo. Assim, as rupturas dos vínculos sociais são acompanhadas por problemas graves de saúde, sobretudo, no plano somático e comportamental. Aponta Furtos, neste sentido, para a discussão de uma clínica da desfiliação, da precariedade para que se possa compreender, efetivamente, o que se passa com os indivíduos nestas condições.<sup>48</sup> Através da ampliação do esquema de Castel, é possível considerar os efeitos do sofrimento psicológico de origem social no indivíduo em um contexto de precariedade. Assim, a precariedade psíquica corresponde a uma vulnerabilidade psíquica devido ao enfraquecimento “do mundo” e, também, das dificuldades de reconhecimento de si mesmo como digno de exis-

---

44. Prévost, loc. cit.

45. Ibidem, p. 79.

46. Ibidem, p. 80.

47. Ibidem, p. 48.

48. Cf. Furtos, Jean. Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale, *Mental Idées*, Dossier souffrance et société, n. 11, 2007.

tência dentro de um grupo ou coletivo humano. Como mundo, o autor identifica uma totalidade e, ao mesmo tempo, um pertencimento: uma totalidade de pertencimento.<sup>49</sup> De acordo com o autor, pode-se pensar no mundo-universo, no mundo da mundialização, no mundo do *show-biz*, no mundo do bebê, no mundo do trabalho etc. A questão concentra-se no fato de que tal mundo deveria constituir-se em um modelo de integração, visando diminuir o sofrimento daqueles que o habitam.<sup>50</sup> Neste sentido, a questão do sofrimento reenvia à precariedade essencial do ser humano e à dependência do outro, que se encontraria alojado em sua constituição. A necessidade de reconhecimento como digno de existência dentro de um mundo precário traz em si o risco do não reconhecimento, da exclusão como uma forma de condenação social. Assim, o risco pode advir de condições objetivas, todavia, o medo de sofrer e a impossibilidade de sofrer o próprio sofrimento podem conduzir a situações de autoexclusão ou, como afirma Furtos, a dessubjetivação de si mesmo.<sup>51</sup> Assim, a precariedade social conduziria à necessidade de mudanças nos objetivos da organização de um mundo assentado na precariedade das relações de toda ordem. Uma sociedade precária é definida por Furtos como aquela marcada pela obsessão, pela angústia gerada pela possibilidade da perda dos objetos sociais, tais como o emprego, o dinheiro, a moradia, o status social, a saúde, gerando sofrimento. Sofrer não seria, neste sentido, uma doença, nem o sofrimento psíquico uma doença mental, no entanto, seria preciso observar que esse mesmo sofrimento pode impedir o sujeito de viver, de querer viver, de se manter vivo.

Cabe ressaltar que a precariedade social não deve ser confundida com a pobreza, uma vez que é possível viver sem precariedade dentro de uma sociedade “pobre” e, da mesma maneira, se poderia viver precariamente dentro de uma sociedade considerada “rica”. A precariedade social traz consigo uma questão referenciada ao status social precário que, por sua vez, é diferente da precariedade psicológica, existencial. Embora haja certa correlação entre a precariedade social e a precariedade psíquica, esta não se dá de forma reflexa. Assim, para Furtos, seria importante distinguir uma precariedade considerada “normal”, que se encontra na vertente de uma vulnerabilidade ordinária, significando que as pessoas não podem viver sós, sem a companhia de outros para que seja possível dar conta da própria vida, de uma precariedade exacerbada, exasperada em que hoje a sociedade se

---

49. Furtos, loc. cit.

50. Furtos, Jean. *Précarité du monde et souffrance psychique*. Dossier La souffrance psychique. *Rhizome*. Bulletin national santé mentale et précarité, n. 5, p. 5-6, 2001.

51. *Ibidem*.

encontra.<sup>52</sup> A “precariedade normal” seria constitutiva do ser humano e teria como paradigma o bebê e os adultos que o cercam de cuidados garantindo a sua sobrevivência. Essa sobrevivência, por sua vez, não se encontra articulada apenas às necessidades fisiológicas, mas, também, àquelas emocionais, resultantes das angústias que apelam ao outro, ao vínculo estabelecido com o outro. Este pertencimento primeiro traria em si uma exigência de reconhecimento mútuo, ou seja, inicialmente o sujeito deve ser considerado digno de existir no grupo primeiro, a família que, por sua vez, também se encontra inserida em outros grupos de pertencimento e, posteriormente, de pertencer ao mundo, de existir na humanidade.<sup>53</sup> O autor afirma que esta vulnerabilidade normal, ordinária, acompanha o ser humano ao longo da vida. Tal vulnerabilidade humana essencial estaria sempre vinculada ao fato de ser reconhecido ou não e da possibilidade contínua de exclusão. Todavia, quando funciona bem, levaria a uma tripla confiança: a confiança no outro que estaria lá quando se precisasse dele, a confiança em si mesmo como um ser dotado de valor e, por fim, a confiança no futuro, uma vez que em situações semelhantes de risco, o resultado seria o mesmo, ou seja, a confiança nos vínculos sociais carregaria em si a possibilidade do futuro da própria sociedade.

Destarte, no contexto hodierno caberia destacar que a história de cada um, esta história ordinária, a história da precariedade primeira, “a precariedade normal”, encontra-se deformada: há uma insegurança exacerbada que pode levar à perda da tripla confiança de que se falou anteriormente: a perda da confiança em si mesmo, a perda da dignidade de existir e a perda da confiança no futuro que acaba se tornando ameaçador ou, ainda, que tende ao desaparecimento.<sup>54</sup> É neste contexto de deformação e mesmo de insegurança que surgirá a possibilidade da perda dos objetos sociais, das coisas concretas como o emprego, o dinheiro, a aposentadoria, a habitação, a formação, os bens etc.<sup>55</sup> Assim, haveria três modalidades clínicas do sofrimento psíquico de origem social no contexto de precariedade. A primeira delas seria a do sofrimento “normal”, articulado à existência do outro que pode também, de forma contraditória, estimular, ajudar a viver. Há a consciência da precariedade “original” e, neste sentido, a luta delinea-se à preservação, à conservação dos laços sociais e, ademais, à possibilidade de ser auxiliado no caso da perda ou do sofrimento, através dos mecanismos da própria estrutura do sujeito, como a capacidade da tristeza, da

---

52. Furtos, 2007, op. cit.

53. *Ibidem*, p. 27.

54. *Ibidem*.

55. *Ibidem*.

decepção, da desilusão, mas também do pensamento em um futuro melhor. Esta posição não repousa na ideia da responsabilização do sujeito, mas na retomada de sua história e de seus liames sociais.<sup>56</sup> Trata-se de um sofrimento não patológico, uma vez que permite, ainda, agir, pensar, falar, amar e se sentir pertencendo ao conjunto social.

O segundo tipo de sofrimento indica que se começa a evitar a vida, se começa a evitar o viver. Este sofrimento tem sido descrito por meio do sofrimento no trabalho e, também, através dos registros de precariedade social e das questões envolvendo a perda de diferentes objetos sociais. Neste caso, haveria uma dissociação entre a conservação dos objetos e a perda do objeto psíquico: algo psicologicamente é perdido. Aqui haveria certa proximidade com a melancolia, uma melancolia social, todavia, sem a morbidade psiquiátrica.<sup>57</sup> O liame com o social dá-se a partir de uma situação em que se está em perigo, se está em apuros, uma vez que a vida vai se tornando difícil de suportar em função do processo de sofrimento e desilusão que se encontra em andamento. Da mesma maneira, se encontram tensionadas as capacidades de pensar, agir, falar, amar e de ser e estar em um mundo de relações. As relações sociais, nesta dimensão, são duramente atacadas.

Por fim, o terceiro tipo de sofrimento seria o mais implacável e estaria acompanhado, ademais, por efeitos psicológicos debilitantes. É um sofrimento que impede de sofrer o próprio sofrimento,<sup>58</sup> que dá a ideia de “querer desaparecer”, sumir, no qual tudo está ruim e vai de mal a pior. Em quase todos os espaços sociais se está submetido a processos de exclusão, com ataque aos vínculos sociais. No entanto, nesta dimensão, há a síndrome da autoexclusão, uma síndrome gerada nos interstícios da precariedade social. Essa síndrome está pensada a partir de Freud em *O mal estar na civilização*.<sup>59</sup> Para Freud, este seria o pior entre os sofrimentos. A origem social do sofrimento relacionar-se-ia, neste sentido, com a questão de uma precariedade social exacerbada. Tal conceito, embora muito próximo da noção de vulnerabilidade, apresenta diferenças importantes, uma vez que em sua dimensão negativa significa insegurança social, insegurança pela ausência de suportes sociais e, assim, constitui-se em um estado de precariedade continuada. Tal precariedade, como já descrito, não se confunde com a pobreza, mas com a insegurança, uma insegurança relativa à perda: perda da confiança em si mesmo, perda da con-

---

56. Furtos, op. cit., p. 28, 2007.

57. Ibidem.

58. Ibidem.

59. Freud, Sigmund. *Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

fiança nos outros, perda de confiança no futuro, ou seja, a precariedade que ataca a tripla confiança de que se falou anteriormente.

Pobreza e insegurança podem estar articuladas também. No entanto, a precariedade teria em sua constituição uma parte positiva também, vinculada à necessidade do ser humano de estar conectado aos outros, acreditando, sobretudo, nos laços ou vínculos sociais e emocionais estabelecidos. Contudo, é no lado negativo da precariedade que se encontram os efeitos psicossociais.<sup>60</sup> Tais efeitos compreendem o “bom estresse”, porém, pode acionar processos de individualismo excessivo, de isolamento, de doenças psicossomáticas, depressão e desmoralização. Entretanto, o impacto mais perigoso seria o da paranoia social, em que as pessoas ou grupos passam a ser considerados inimigos, e o processo de isolamento social ganha corpo, às vezes articulado a componentes violentos. A dignidade humana, nesta zona, é atingida no seu cerne. Há desmoralização, vergonha, desespero e os mecanismos que operam neste tipo de paranoia seriam espécie de alienação do ego, cuja reversibilidade seria justamente o processo de desalienação.<sup>61</sup>

Esta síndrome da autoexclusão foi analisada por Furtos a partir de observações clínicas que destacaram aspectos psicossociais em uma equipe multidisciplinar de trabalho em saúde. A partir de uma precariedade exacerbada, seria possível se chegar ao limiar do processo de exclusão, com a perda dos sentimentos que fazem com que o sujeito se reconheça como ser humano, podendo levar à desagregação familiar. A pessoa não mais se sente incluída e o processo de autoexclusão se dá objetivando não mais sofrer, não mais sentir sofrimentos considerados extremos como aqueles ligados à agonia psíquica, ao desespero. Assim, a pessoa exclui-se utilizando mecanismos de dessubjetivação extrema, como a negação, a projeção etc. Nesta fase, a exclusão social funcionará como uma exclusão psíquica, que pode ser considerada como um “narcisismo negativo”. O narcisismo, neste caso, seria submetido à pulsão de morte com desinvestimento nas representações. Assim, a ruptura dos vínculos sociais não seria acompanhada apenas por problemas graves de saúde no plano somático, mas também comportamental, e o sofrimento gerado não seria assumido pelo sujeito.<sup>62</sup> Para o autor, tal situação seria o último resquício de liberdade antes do suicídio.

---

60. Furtos, Jean. An introduction to the pathologies of the precarity: the self exclusion syndrome. Program IGP, 2012. *Amrita Institute of Medical Sciences Cochin Kerala*. Índia, January, n. 17, 2012.

61. Ibidem.

62. Furtos, Jean. Epistémologie de la clinique psychosociale: la scène sociale et la place des psy. *Pratiques en santé mentale*, n. 1, p. 7, 2000.

Originalmente, tais sofrimentos foram descritos a partir das observações das relações sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade social, daquelas desprovidas de moradia, jovens em situação de risco e pessoas com doenças mentais. No entanto, gradualmente, tais mecanismos foram sendo encontrados em vários grupos sociais, expressos como *burn out* ou mesmo o sofrimento no trabalho. A síndrome da autoexclusão tratada por Furtos pode ser descrita como uma patologia contemporânea conectada à atmosfera especulativa do processo de mundialização do capital que se encontra em curso e que tem trazido, segundo o autor, a precariedade negativa em sua pior forma.<sup>63</sup> Daí à necessidade de uma clínica da desfiliação, de uma clínica da precariedade que possa fazer crescer a precariedade positiva, aquela dos vínculos sociais que unem os sujeitos em diferentes esferas da vida em comunidade.<sup>64</sup>

O termo autoexclusão, neste sentido, articularia uma psicogênese e, ao mesmo tempo uma sociogênese. A exclusão significa o lado externo da comunidade humana, de não ser reconhecido como membro da comunidade ou um grupo social determinado. No plano social, implicaria estar excluído do trabalho, da habitação, da cultura, da cidadania, das relações sociais.<sup>65</sup> No plano psíquico, dá o sentido do sentir-se excluído das comunidades de pertencimento, de não se estar inscrito em um grupo social ou societal determinado. O termo auto, por sua vez, traz a atividade psíquica interna que subjaz à situação da exclusão que o sujeito perde a capacidade de exercer sobre si mesmo uma atividade psíquica que mude a situação para não sofrer. Essa atividade psíquica responde ao ambiente social e, simultaneamente, responde à história do sujeito, ao processo de dessocialização.<sup>66</sup> A síndrome da autoexclusão possui uma dinâmica pautada pelo desencorajamento do sujeito, uma lógica de vida duramente articulada à submissão ao princípio da realidade e não necessariamente ao princípio do prazer. Como sinais, haveria a anestesia, a hipostesia, a inibição do pensamento, a reação terapêutica negativa, a vergonha, as rupturas e, por fim, a morte. Haveria um processo de dessubjetivação que consistiria em uma desabilitação de si mesmo, agindo sobre o corpo e o pensamento. Os sinais seriam uma espécie de embotamento afetivo ou, ao revés, uma hipomania, uma excitabilidade permanente e, também, uma inibição intelectual.<sup>67</sup>

---

63. Furtos, 2000, op. cit., p. 7

64. Furtos, 2012, op. cit.

65. Furtos, Jean (org.). *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris: Elsevier Masson, 2008a. p. 108.

66. Ibidem.

67. Furtos, 2008a, loc. cit.

Para Furtos, a sociedade precária é uma sociedade que possui obsessão pela perda e é neste contexto que há o processo de autoexclusão ou autoalienação. *Le syndrome d'auto-exclusion est une forme d'auto-aliénation*.<sup>68</sup> O sujeito humano, em algumas situações, seria capaz de abandonar parte de sua liberdade e se autoalienar. Este seria um fenômeno moderno que se separa, descola da emergência do indivíduo enquanto sujeito capaz de se considerar como uma entidade separada e independente do grupo social. Assim, para Furtos, o termo exclusão remete a um contexto, a um ambiente social que é excludente, uma vez que dentro das sociedades há forças de exclusão quase objetivas. A exclusão seria um sentimento terrível dando a impressão de que algumas pessoas não fazem parte do mesmo “planeta” ou do grupo humano. Uma pessoa se autoalienaria no interior de si mesma, se ocuparia apenas de si mesma desconsiderando o mundo a sua volta e haveria uma recusa de si mesma como se o eu estivesse “congelado”. Haveria, assim, três importantes sinais do processo de desaparecimento do sujeito. O primeiro deles seria uma anestesia do corpo, já não haveria mais dor nem a preocupação com o corpo. O segundo sinal seria uma espécie de embotamento das emoções e o terceiro a inibição de parte do pensamento.<sup>69</sup> Esses três sinais remeteriam à espécie de autoanestesia que, por sua vez, estariam relacionados a dois outros sinais paradoxais, quais sejam: a reação terapêutica negativa e a ruptura ativa. No primeiro caso, o cuidado de si não é aceito, não se permite que o outro tenha preocupação com o sujeito que sofre. Há a recusa do cuidado. Já no segundo sinal, a ruptura ativa, as relações familiares, de amizade dos laços, dos vínculos, de auxílio e da ajuda são rompidas. Há, assim, uma negligência consigo mesmo em vários aspectos. Enfim, os sinais acima descritos levariam todos a um mesmo lugar: são sinais do desaparecimento de si mesmo, do congelamento do eu, da anistia da vida. É assim que se dá o sofrimento psíquico cuja origem é social, é assim que *on peut parler d'une souffrance psychique d'origine sociale*.<sup>70</sup> A palavra sofrimento é sugerida uma vez que parece não indicar, como a dor, uma localização específica no corpo, uma localização anatômica como uma dor orgânica, mas se trata de uma dor da existência, de um sofrimento que até pode vir acompanhado de uma

---

68. Furtos, Jean. *De la précarité à l'auto-exclusion: une conférence-débat de L'Association Emmaüs*. Paris: Éditions Rue d'Ulm/Presses de l'École Normale Supérieure, p. 24, 8 avril 2009.

69. *Ibidem*, p. 30-31.

70. Furtos, Jean. *L'apparition du sujet sur la scène sociale et sa fragilité: la précarité de la confiance*. In: Furtos, Jean. *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Londres: Elsevier Masson, 2008b. p. 14.

dor orgânica, mas também da humilhação e do menosprezo social e, como regra geral, certa insuficiência de regulação social. É um sofrimento psíquico, todavia sua origem social encontrar-se-ia no fato de que não existiriam indivíduos isolados, como já afirmado anteriormente, e encontra-se acompanhado de avanço das transformações sociais.

Retomando, a dinâmica geral da síndrome da autoexclusão prevê ainda uma perda da coragem, um desencorajamento presente na fala do sujeito, aliado a todo um processo do desaparecimento do poder da ação, tanto sobre o presente quanto sobre o futuro.<sup>71</sup> Tal desencorajamento do sujeito vincula-se a uma lógica de vida que afeta duramente o princípio da realidade. No processo de autoexclusão, o sujeito desaparece, todavia, não necessariamente de forma total, havendo uma clivagem do eu: uma desconexão do sensorial e do pensamento, em espécie de anestesia, conforme já relatado antes. A anestesia corporal seria um dos sinais, impedindo de sentir dores cutâneas e orgânicas, mas, sobretudo, a finalidade desta anestesia é o congelamento dos afetos que transitam pelo corpo. O sofrimento é, assim, negado, desconectado do pensamento que se apoia no sensorial.<sup>72</sup> A anestesia, por sua vez, conduz novo processo: o embotamento das emoções dos sentimentos ou o seu contrário, uma agitação ou excitabilidade permanente. Por fim, a síndrome delimitada por Furtos traz a inibição intelectual como uma de suas características, assentando a inteligência fora de circuito.<sup>73</sup>

A questão do sofrimento social vincula-se, portanto, às várias dimensões da vida, como as relações familiares, o trabalho e a saúde, resultando de processo social. De uma parte, os problemas de saúde, por exemplo, são funções da realidade social, uma vez que as relações sociais entre indivíduos, grupos ou estados, produzem, de forma desigual, repartição das doenças e patologias e, portanto, disparidades também no que condiz à mortalidade, morbidade e esperança de vida.<sup>74</sup> De outra parte, no que condiz à ação pública, espaços sociais diferentes conduzirão a práticas diversas e os problemas de saúde também variarão de época para época assim como o objeto da ação da própria saúde pública. Assim, não raras vezes, há uma questão envolvendo a ocultação de tais desigualdades e que afetam a socieda-

---

71. Furtos, Jean. Le syndrome d'auto-exclusion. In: Furtos, Jean. *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Londres: Elsevier Masson, 2008c. p. 119.

72. *Ibidem*, p. 121.

73. *Ibidem*, p. 122.

74. Jacques, Paul. Souffrance psychique et souffrance sociale. *Pensé Plurielle*, n. 8, p. 23, 2004.

de contemporânea. Há contradições sociais que são, muitas vezes, ocultadas através de agendas políticas: excluídos, nova pobreza, desemprego de longa duração, jovens em conflito com a lei, usuários de drogas, mulheres vítimas de violência, moradores de rua, estrangeiros em situação irregular.<sup>75</sup> Neste contexto, tem-se o sofrimento social e que, para Jacques, apoiando-se em Furtos, significa a total ausência do reconhecimento do outro. A questão estaria, assim, estreitamente vinculada a uma precariedade psíquica, a uma vulnerabilidade psíquica e às dificuldades do reconhecimento de si e do outro como digno da existência dentro de um grupo determinado.<sup>76</sup> Destarte, a precariedade psíquica seria como a morte social e o sofrimento psíquico seria um indicador dessa mesma precariedade. Com o termo sofrimento psíquico, Jacques define a articulação do psíquico, do somático e do social ou, ainda, como as diferenças sociais se inscrevem nos corpos das pessoas excluídas. Enfim, ao sistematizar o esquema de Castel, o percurso da vulnerabilidade e da desfiliação, Furtos traz à cena a questão da perda real, como do emprego, dinheiro ou bens, mas também apresenta outro tipo de perda que é o sentimento de perda ou o medo da perda. Em ambos os casos, os indivíduos vivem a questão relativa à perda, tanto real quanto antecipada, no plano da interioridade. Esta seria talvez a maior contribuição: a articulação entre a precariedade e a interioridade, entre o concreto social e a vida psíquica.<sup>77</sup> Para Furtos a clínica psicossocial, ou a clínica da precariedade, cada vez mais se coloca na realidade contemporânea, indicando a dimensão do sujeito e de seu sofrimento psíquico vinculado a situações sociais particulares que afrontam o indivíduo em todas as suas dimensões.<sup>78</sup> Diferentemente da clínica tradicional, para o autor, esta clínica se estenderia a todos aqueles que desejam conduzir e desenvolver a escuta clínica, tendo como objetivo o reconhecimento do sofrimento psíquico do outro. Ademais, faz-se necessário distinguir que o sofrimento psíquico emerge, fundamentalmente, do campo social.<sup>79</sup> Esse campo social, como já apontado, é o contexto da precariedade, não de uma “precariedade normal”, mas de uma precariedade que remeteria à perda possível

---

75. Jacques, op. cit., p. 23.

76. Ibidem.

77. Lavall, Christian. *Précarité et interiorité: L'esprit du temps*. In: Furtos, Jean. *Les cliniques de la précarité*, op. cit., p. 29.

78. Furtos, Jean; Colin, Valérie. *La clinique psychosociale au regard de la souffrance psychique contemporaine*. In: Joubert, Michel; Louzon, Claude. *Répondre à la souffrance sociale*. Paris: Éditions Erès, 2005. p. 100.

79. Ibidem, p. 105.

ou imaginada dos objetos sociais. Tal perda, por sua vez, remeteria à insegurança, à falta de confiança em si mesmo e no outro e finalizaria com a falta de cuidado de si, pela ausência de confiança e pelo “congelamento” de si, dimensões do processo de autoexclusão apresentado.

## 4. Conclusão

O sofrimento social não é apenas “um sofrimento”, mas um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite viver a cada dia, a vida psíquica, a vida interior composta pela subjetividade. Neste sentido, os espaços de vida vêm se tornando espaços da precariedade, onde há perda concreta da saúde, do trabalho, do status social, da importância no núcleo familiar, perdas financeiras, perda dos vínculos familiares e sociais, perda dos vínculos afetivos. Há também a possibilidade de perda ou o medo: medo de ficar sem trabalho, medo de não ser reconhecido, de se tornar inválido socialmente. Esta perda vai, aos poucos, dando sinais das dificuldades de viver, sinais de impedimento de viver. O amanhã não é mais visto como projeto: não há mais visão de futuro. Assim, a autoexclusão vai ganhando corpo, a alienação auto-gerada ganha forma: é o embotamento, o fechamento em si mesmo que não permite mais sonhos, Esta precariedade social leva, por sua vez, a perda da confiança: primeiramente em si. Dissolve-se a confiança na capacidade de fazer, de trabalhar, de realizar. Depois, a confiança no outro é descartada: o outro não representa mais a segurança. Por fim, o futuro restará comprometido. Neste sentido remete-se o pensamento para um “debruçar-se sobre”, para uma clínica da precariedade, uma clínica da desfiliação que possa buscar, resgatar a precariedade original, a primeira, aquela que nos faz dependentes e vinculados aos demais e que possa fortalecer os coletivos, objetivando fazer retroceder os investimentos do capital sobre o humano, geradores da precariedade exacerbada.

Recebido em 18/6/2013 ■ Aprovado em 5/8/2013

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. Des individus sans supports. In: CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry. *Agir en situation de vulnérabilité*. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2003.
- CHAUVAUD, Frédéric. *Histoires de la souffrance sociale*. Introduction. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1992.
- FREUD, Sigmund. *Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FURTOS, Jean. Epistémologie de la clinique psychosociale: la scène sociale et la place des psy. *Pratiques en Santé Mentale*, n. 1, 2000.
- \_\_\_\_\_. Précarité du monde et souffrance psychique. Dossier La souffrance psychique. *Rhizome*. Bulletin national santé mentale et précarité, n. 5, 2001.
- \_\_\_\_\_. Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale. *Mental'Idées*, n. 11, 2007.
- \_\_\_\_\_. Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale. *Mental'Idées*, Dossier souffrance et société, n. 11, 2007.
- FURTOS, Jean (Org.). *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris: Elsevier Masson, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Le syndrome d'auto-exclusion. In: \_\_\_\_\_. *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Londres: Elsevier Masson, 2008c.
- \_\_\_\_\_. L'apparition du sujet sur la scène sociale et sa fragilité: la précarité de la confiance. In: \_\_\_\_\_. *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Londres: Elsevier Masson, 2008.

FURTOS, Jean. *De la précarité à l'auto-exclusion: une conférence-débat de L'Association Emmaüs*. Paris: Éditions Rue d'Ulm/Presses de l'École normale superior, 8 avril 2009.

\_\_\_\_\_. An introduction to the pathologies of the precarity: the self exclusion syndrome. Program IGP. *AMRITA Institute of Medical Sciences Cochin Kerala, Índia*, January, n. 17, 2012.

\_\_\_\_\_; COLIN, Valérie. La clinique psychosociale au regard de la souffrance psychique contemporaine. In: JOUBERT, Michel; LOUZON, Claude. *Répondre à la souffrance sociale*. Paris: Éditions Erès, 2005.

JACQUES, Paul. Souffrance psychique et souffrance sociale. *Pensé Plurielle*, n. 8, 2004.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. The appeal of experience: the dismay of images: cultural appropriations of suffering in our times. In: \_\_\_\_\_; DAS, Veena; LOCK, Margareth. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 2006.

LAVALL, Christian. Précarité et interiorité: L'esprit du temps. In: FURTOS, Jean. *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Londres: Elsevier Masson, 2008.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MEYER, Véronique. La représentation de la souffrance social dans la gravure parisienne (1635-1660). In: CHAUVAUD, Frédéric. *Histoires de la souffrance sociale*. Introduction. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.

PRÉVOST, Marianne. La souffrance psycho-sociale: regards de Jean Furtos. *Santé Conjugée*, n. 48, 2009.

RANCIERE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RENAULT, Emmanuel. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008.

SOULET, Marc-Henry. La souffrance sociale, pathologie des sociétés contemporaines. *Étique Publique*, v. 11, n. 2, 2009.

STÉPHANE, Le Lay. Précarisation salariale et souffrance sociale: une transformation de la gouvernementalité des classes populaires. *Interrogations? Revue pluridisciplinaire de l'homme et de la société*. Formes et figures de la precarité, n. 4, 2007.

WILKINSON, Ian. *Suffering: a sociological introduction*. Cambridge, UK: Polity Press, 2005.